

TRABALHOS DE PESQUISA

A TEORIA DO ESTRESSE DE MINORIAS EM UM GRUPO DE ACOLHIMENTO LGBTQIAPN+: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO E TERRITORIALIZAÇÃO

THE MINORITY STRESS THEORY IN AN LGBTQIAPN+ SUPPORT GROUP: COPING STRATEGIES AND TERRITORIALIZATION

LA TEORÍA DEL ESTRÉS DE LAS MINORÍAS EN UN GRUPO DE APOYO LGBTQIAPN+: ESTRATEGIAS DE AFRONTAMIENTO Y TERRITORIALIZACIÓN

Aléxia de Carvalho Gaspar¹  Emanuel Meireles Vieira² 

Resumo: Este estudo, fundamentado na Teoria do Estresse de Minorias (EM), investiga as experiências biopsicossociais de vulnerabilidade vividas pelos participantes do projeto (SOBRE)VIVER, um grupo de acolhimento psicológico para a comunidade LGBTQIAPN+. Com foco em processos como o estigma imposto, a homonegatividade internalizada e a ocultação da identidade, a pesquisa busca compreender como essas experiências afetam a saúde mental dessa população. Para isso, por meio de uma abordagem qualitativa e descritiva, cinco sujeitos LGBTQIAPN+ participantes do projeto foram selecionados para entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados, realizada a partir da análise temática das entrevistas, revelou quatro temas principais: A violência expressiva e simbólica do estigma, as configurações opressoras que LGBTfobia internalizada pode exercer, a redefinição de territorialidades LGBTQIAPN+ frente à ocultação da identidade e a importância de uma rede afirmativa como zona de resistência coletiva e apoio mútuo. Dessa forma, a pesquisa oferece novas perspectivas sobre como as vulnerabilidades operam entre minorias de gênero e sexualidade, trazendo à tona relatos diretos dessas experiências, frequentemente sub-representados nas pesquisas brasileiras sobre EM, bem como pode contribuir no fortalecimento de práticas de acolhimento em serviços de saúde mental, a partir de estratégias de cuidado afirmativas que considerem as especificidades dessas minorias.

Palavras-chave: Discriminação; Grupo Minoritário; Psicologia.

Abstract: This study, based on the Minority Stress Theory (MST), investigates the biopsychosocial experiences of vulnerability experienced by participants of the (SOBRE)VIVER project, a psychological support group for the LGBTQIAPN+ community. Focusing on processes such as imposed stigma, internalized homonegativity, and identity concealment, the research seeks to understand how these experiences affect the mental health of this population. To this end, through a qualitative and descriptive approach, five LGBTQIAPN+ individuals participating in the project were selected for semi-structured interviews. Data analysis, conducted through thematic analysis of the interviews, revealed four main themes: the expressive and symbolic violence of stigma, the oppressive configurations that internalized LGBTphobia can exert, the redefinition of LGBTQIAPN+ territorialities in the face of identity concealment, and the importance of an affirmative network as a zone of collective resistance and mutual support. In this way, the research offers new perspectives on how vulnerabilities operate among gender and sexual minorities, bringing to light direct accounts of these experiences, often underrepresented in Brazilian MST research, and can contribute to strengthening support practices in mental health services through affirmative care strategies that consider the specificities of these minorities.

Keywords: Discrimination; Minority groups; Psychology.



¹Psicóloga. Pesquisadora autônoma. Fortaleza, Brasil. alexiasparpsi@gmail.com

² Professor Associado I do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia. Fortaleza, Brasil. emanuelmeireles@ufc.br

Resumen: Este estudio, fundamentado en la Teoría del Estrés de las Minorías (EM), investiga las experiencias biopsicosociales de vulnerabilidad vividas por los participantes del proyecto (SOBRE)VIVER, un grupo de apoyo psicológico para la comunidad LGBTQIAPN+. Con enfoque en procesos como el estigma impuesto, la homonegatividad internalizada y la ocultación de la identidad, la investigación busca comprender cómo estas experiencias afectan la salud mental de esta población. Para ello, mediante un enfoque cualitativo y descriptivo, se seleccionaron cinco sujetos LGBTQIAPN+ participantes del proyecto para entrevistas semiestructuradas. El análisis de los datos, realizado a partir del análisis temático de las entrevistas, reveló cuatro temas principales: la violencia expresiva y simbólica de estigma, las configuraciones opresoras que la LGBTfobia internalizada puede ejercer, la redefinición de las territorialidades LGBTQIAPN+ frente a la ocultación de la identidad y la importancia de una red afirmativa como zona de resistencia colectiva y apoyo mutuo. De este modo, la investigación ofrece nuevas perspectivas sobre cómo operan las vulnerabilidades entre las minorías de género y sexualidad, sacando a la luz relatos directos de estas experiencias, frecuentemente subrepresentadas en las investigaciones brasileñas sobre EM, así como puede contribuir al fortalecimiento de las prácticas de apoyo en los servicios de salud mental, a partir de estrategias de cuidado afirmativas que consideren las especificidades de estas minorías.

Palabras clave: Discriminación; Grupo minoritario; Psicología.

Introdução

O processo de adoecimento de pessoas LGBTQIAPN+ foi historicamente influenciado por narrativas hegemônicas que estigmatizavam e patologizavam sua existência. Isso resultou de discursos que associavam a própria identidade dessa comunidade a condições de doença e/ou pecado (Trevisan, 2018).

Essa estigmatização é mantida por atribuições externas que são impostas aos indivíduos LGBTQIAPN+, ou seja, atribuições de identidades que não partem desses indivíduos, mas vêm de fora, que lhes apontam o *status* de diferente, alteritário. Nesse sentido, a sociedade age como uma telespectadora que dita o que o corpo dissidente pode ou não ser, concretizando um discurso em que fala e poder se entrelaçam (Quinalha, 2022).

Sob essa ótica, a partir dos estudos sobre a estigmatização de minorias sexuais, pesquisadores como Winn Kelly Brooks e Illan Meyer contribuíram para a elaboração e o aprofundamento da Teoria do Estresse de Minorias (Meyer, 2003). Os estressores são compreendidos como eventos psicossociais específicos da história e do cotidiano da comunidade LGBTQIAPN+, capazes de impactar tanto na saúde física quanto mental, desses indivíduos (Meyer, 2003).

Brooks (1985) cria a Teoria do Estresse de Minorias (EM), entendendo o ambiente estigmatizador e violento como um estímulo propício para os efeitos do adoecimento físico e psicológico de mulheres lésbicas. Além disso, a referida autora aprofunda o argumento de que ser parte dessa minoria social se configura como uma manifestação da diversidade humana e não um desvio patológico.

Meyer (2003) caracteriza os estressores como únicos, crônicos e sociais. São únicos porque a pessoa estigmatizada passará por um esforço adaptativo diferencial quando comparado a pessoas não estigmatizadas; crônicos, pois os eventos psicossociais estão imbricados a estruturas cisheteronormativas relativamente estáveis; e, por fim, social, por decorrer de processos e estruturas sociais, e não de condições psiquiátricas, fundamentalistas e individualistas.

De maneira geral, os três principais processos sociais envolvidos na Teoria do Estresse de Minoria, conforme propostos por Meyer (2003), são: o Estigma Imposto, que engloba as experiências de preconceito e invisibilização de pessoas LGBTQIAPN+ com base em atributos depreciativos socialmente atribuídos a elas; a Homonegatividade Internalizada, que se refere ao processo de subjetivação do preconceito (Louro, 2018), em que esses indivíduos, inseridos em um contexto de adversidade, acabam por assimilar e reproduzir uma lógica opressora; e a Ocultação da Identidade, que envolve o autodisciplinamento das minorias para esconderem suas sexualidades, motivadas tanto pela fragilidade da autoestima quanto por mecanismos de autoproteção.

Diante desse contexto, essas minorias dissidentes acabam criando estratégias de enfrentamento para ir de encontro à discriminação. Nesse sentido, Meyer (2003) aponta como ser parte de uma minoria de gênero e sexualidade também está vinculado a um senso de coletividade que, se bem organizado, mostra-se como

um potente dispositivo de enfrentamento ao Estresse Minoritário. Esse senso comunitário, de forma particular, exerce um impacto positivo na saúde desses indivíduos, já que a construção de laços sociais, de redes de apoio e de conexões emocionais podem auxiliar na resistência ao estigma, na promoção da autocompaixão e no fortalecimento do sentimento de pertencimento.

Foi apostando nesse dispositivo de enfrentamento, a partir da tomada de perspectiva acerca das histórias marcadas pelo estigma social, bem como da concepção de um fazer em psicologia para além do *setting* terapêutico individual, que foi fundado, em 2022, o Projeto (SOBRE)VIVER: Grupo de acolhimento psicológico à comunidade LGBTQIAPN+, vinculado ao Programa de Educação Tutorial (PET/PSICOLOGIA).

O funcionamento do projeto é fundamentado em um dispositivo-grupo baseado nos grupos de encontro, desenvolvidos por Rogers (2002), que proporciona a experiência de uma escuta psicológica coletiva e afirmativa, embasada na Abordagem Centrada na Pessoa. Nos grupos de encontro, a ideia é que se facilite a comunicação entre os membros, a fim de que, num contexto de aceitação e compreensão, essa se torne cada vez mais fluida e pessoal. Entende-se neste tipo de trabalho que, a quem facilita os grupos, não cabe direcioná-los, mas mediar o encontro a fim de que, coletivamente, o grupo encontre os temas que lhe são significativos.

Nas pesquisas brasileiras sobre Estresse de Minoria (EM), há um enfoque importante no rastreamento e avaliação do EM na população LGBTQIAPN+ (Dos Santos Sousa *et al.*, 2022). No entanto, persiste uma lacuna quanto à compreensão de como se configuram as experiências individuais desses indivíduos diante do EM, uma vez que poucos estudos incorporam a perspectiva direta das pessoas afetadas, resultando em uma produção acadêmica a qual se concentra, principalmente, em dados quantitativos e deixa de explorar como essas dinâmicas operam nas contingências específicas da comunidade LGBTQIAPN+. Essa lacuna reforça a crítica de Favero (2022) sobre o uso perigoso de encarar a teoria como estudo simplesmente nosológico, em vez de funcional, para a análise psicossocial das violências enfrentadas por esses grupos.

Na presente pesquisa, portanto, objetiva-se utilizar a Teoria do Estresse de Minorias e o senso de coletividade no contexto do Projeto (SOBRE)VIVER. Busca-se analisar as experiências de violência relatadas pelos participantes e discutir como um coletivo – materializado aqui por meio da escuta psicológica – pode exercer um impacto positivo, tanto em nível individual quanto coletivo, na vida de minorias sociais que utilizam esse dispositivo de enfrentamento, destacando também o papel do senso de comunidade, conforme descrito por Meyer (2003), na potencialização desses efeitos.

Método

Com o intuito de aprofundar a compreensão sobre a vivência do Estresse Minoritário entre os participantes do Projeto, optou-se por conduzir uma pesquisa³ qualitativa e descritiva. Essa abordagem foi escolhida em função de esclarecer como os processos conhecidos de preconceito se manifestam nos participantes. Isso foi feito por meio da descrição das experiências vividas por eles, utilizando uma análise fundamentada na Teoria do Estresse de Minorias para a discussão dos resultados. Foram critérios de inclusão: ser participante do Projeto (SOBRE)VIVER por pelo menos um semestre de atividade.

As seleções dos sujeitos da pesquisa foram feitas por amostragem intencional, considerando os participantes com mais presença e assiduidade com o projeto. Os contatos e as presenças dos participantes foram coletadas pelos formulários semanais de inscrição do Projeto (SOBRE)VIVER. Dessa forma, o convite se deu via e-mail e por um formulário disponibilizado no *Instagram* do Programa de Educação Tutorial (PET PSICOLOGIA). Participaram da pesquisa, então, dois homens cis gays, uma mulher cis lésbica, uma mulher cis bissexual e uma pessoa panssexual não binária. Todos os participantes consentiram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O instrumento utilizado foi a aplicação de entrevista semiestruturada, em que a construção do roteiro (Sampieri; Collado; Lucio, 2013) foi organizada por uma primeira parte com os dados sociodemográficos e por uma segunda parte com blocos temáticos alocados por ordem de dificuldade, começando com perguntas mais gerais e seguindo para as mais complexas, em torno das experiências individuais de Estresses Minoritários

³Pesquisa baseada na monografia de Aléxia de Carvalho Gaspar, como Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia, da Universidade Federal do Ceará, apresentada em 27 de setembro de 2024.

e a experiência pessoal no grupo de acolhimento. Desse modo, foram construídos quatro blocos principais, com o enfoque no estigma imposto, na LGBTfobia internalizada, na ocultação da identidade e no Projeto (SOBRE)VIVER, respectivamente.

Como exemplo, no bloco de questões referentes ao Estigma Imposto, iniciou-se com uma experiência básica às minorias de gênero e sexualidade: "Como se deu seu processo de descoberta da sua sexualidade?" e terminou com: "Como você se sente em relação ao local onde mora na cidade, sendo uma pessoa LGBTQAIPN+?", ampliando a discussão para temáticas em torno da sexualidade, corpo e território. As entrevistas foram feitas individualmente no mês de maio de 2024, três de modo presencial na Clínica-Escola de Psicologia UFC, e duas de modo virtual, de acordo com a disponibilidade dos participantes. Para as gravações foi utilizado um aplicativo de gravação do celular da pesquisadora, em que cada entrevista durou em média 50 minutos.

Para a análise dos dados, foi adotada a análise temática, cujo objetivo é identificar, analisar e descrever padrões de significados presentes no conjunto de dados, separando as informações relevantes por temas (Braun; Clarke, 2006). A partir de uma abordagem dedutiva, iniciou-se com a familiarização dos dados das entrevistas, realizando uma síntese geral dos pontos de maior destaque. Em seguida, revisitou-se cada entrevista para identificar os planos de identificação presentes nos discursos (Braun; Clarke, 2006). Esses planos foram organizados conforme uma classificação de temas comuns mencionados pelos participantes. Por fim, em consonância com a Teoria do Estresse de Minorias (Meyer, 2003), foram elaboradas categorias temáticas que capturam experiências semelhantes ligadas aos processos sociais centrais da teoria, como estigma imposto, homonegatividade internalizada e ocultação da identidade.

Ao final do processo, foi possível refinar os padrões e nomear os seguintes temas: 1) Formatos do estigma imposto e configurações contemporâneas do preconceito aos LGBTQAIPN+; 2) As faces da LGBTfobia internalizada: a opressão de si e dentro da própria comunidade; 3) Desloco-me para pertencer: reinventando a cidade frente à ocultação da identidade e 4) Projeto (SOBRE)VIVER: a resistência por meio da escuta, da coletividade e da alteridade.

A investigação foi iniciada após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Ceará, sob o número do parecer 6.823.552.

Resultados e discussões

Formatos do estigma imposto e configurações contemporâneas do preconceito aos LGBTQAIPN+

Ao serem convidados a refletir sobre a história da descoberta de suas sexualidades e sobre os contextos experienciados de discriminação e violência, os participantes revelam duas formas distintas de estigma. Esses formatos não necessariamente representam fases sequenciais, mas sim períodos de vulnerabilidade que podem se sobrepor ou ocorrer isoladamente, dependendo da experiência individual. Um dos períodos é escancarado e pulsante, como as saídas compulsórias dos armários e a violência familiar:

As pessoas me agrediam e me chamavam de "viado" e outros insultos com os quais uma criança afeminada está acostumada a ouvir. Na época, eu não entendia o significado, apenas sentia que ser assim era errado e não queria me identificar dessa forma. (Entrevistado 1, gay, pardo, 36 anos).

Antes de me assumir lésbica, eu tinha bastante contato com a família da minha mãe, mas depois que souberam da minha orientação, eles pararam de me chamar. Sempre que eu tentava falar sobre isso, acabava sendo espancada ou tinham atitudes como tirar ou quebrar meu celular, pra eu não poder falar com outras pessoas. (Entrevistada 2, lésbica, preta, 25 anos).

Os relatos dos entrevistados 1 e 2 exemplificam processos de estigma imposto ao exporem práticas culturais coercitivas direcionadas às minorias de sexo e gênero. Essa dinâmica resulta na criação de um ambiente de vida desqualificador, caracterizado pela falta de aceitação, compreensão e violações dos direitos humanos básicos à comunidade LGBTQAIPN+. É evidente que o estigma enfrentado pelos entrevistados se manifesta como uma marca visível perante a sociedade, a qual não apenas perpetua a ideia de que certos corpos e expressões de gênero são inadequados, mas também não se contenta em apenas impor essa visão, chegando a promover violência e até mesmo a eliminação de indivíduos "destinados" à renegação.

Já o segundo período do estigma relatado pelos entrevistados é interpretado como mais disfarçado em relação às violências explícitas e opera de maneira que, muitas vezes, apenas os corpos dissidentes conseguem perceber. Por essa razão, essas violências podem ser menosprezadas pela sociedade cisheteronormativa, já que estão entrelaçadas no cotidiano, apresentando-se como vulnerabilidades invisíveis aos olhos de quem não é diretamente afetado:

Tenho dificuldade em fazer minha família entender que não me considero 100% feminina. Não é que me agriam diretamente, mas sinto que estou sempre tendo que me reafirmar, tanto para eles quanto para mim mesma, para não deixar que me apaguem. (Entrevistada 3, pan não binária, preta, 21 anos).

Em entrevistas de emprego, por exemplo, por eu ser uma lésbica desfem, mais "masculina", nunca foi fácil arrumar um emprego, mesmo eu estando apta às vagas, as contratadas normalmente são mulheres mais femininas. (Entrevistada 2, lésbica, preta, 25 anos).

Ao relatarem sobre a exaustiva "prova de vida" da própria identidade aos familiares, ou sobre perdas de oportunidades de emprego sem motivos aparentes, as entrevistadas 2 e 3 evidenciam essa face sublimada do estigma, essa que varia de acordo com a passabilidade³, ergue barreiras significativas para as conexões interpessoais e contribui para a manutenção de uma autoestima fragilizada.

Um ponto em comum dessa violência silenciosa trazida nas narrativas da vida cotidiana dos entrevistados se expressa no relato sobre um desejo pela trivialidade e pelo ordinário nas suas relações, buscando um reconhecimento de suas existências no dia a dia:

Desde que não seja uma violência muito violenta, essas microagressões acabam entrando dentro do processo de normalidade. Por exemplo, eu e minha companheira percebemos e comentamos sobre o comportamento do guia turístico durante a nossa viagem, que claramente não nos reconhecia como um casal. Só no dia seguinte, minha amiga heterossexual comentou: "Ontem, realmente fiquei pensando, aquele guia estava estranho, não conseguia ver vocês como um casal." (Entrevistada 5, bissexual, preta, 30 anos).

Mesmo já assumido, meu pai disse que eu tinha que, entre aspas, se comportar, ao falar dos meus trejeitos, isso pra mim foi horrível. Essa, sim, me atingiu diretamente, porque eu senti que eu não podia ser eu mesmo dentro da minha própria casa. (Entrevistado 4, gay, branco, 19 anos). Às vezes, você nem quer se assumir, só quer falar sobre algo comum, como mencionar "meu namorado" ao contar uma história simples. Algo banal, mas que se torna doloroso. Aí você se polícia para não dizer, e acaba evitando o assunto. É como se você só pudesse existir em partes. (Entrevistado 1, gay, pardo, 35 anos).

Como visto pelos relatos acima, essa perspectiva vai além da importante luta pela garantia de direitos assegurados por lei, pois opera em uma lógica basilar e estrutural das relações interpessoais, como o reconhecimento do afeto, das performances corporais e da escuta completa, sem a necessidade de fragmentar suas vidas para conseguir dialogar e conversar com outras pessoas.

Quando Weeks (2018, p. 46) destaca que "a sexualidade tem tanto a ver com as nossas crenças, ideologias e imaginações quanto o nosso corpo físico", fica perceptível como ela não opera simplesmente na dimensão do desejo sexual e do corpo, mas em torno de um processo de subjetivação que mescla cultura, comportamento, órgãos, identidades e decisões. Assim, camadas diferentes de como viver a sexualidade vão receber diferentes vias de violência e estigmatização, como exemplificado nos comentários sobre a falta de abertura ao falar sobre o cotidiano e o bloqueio familiar à autenticidade, trazidos pelos entrevistados 1 e 4, respectivamente.

Dessa forma, ao trazerem os períodos do estigma a partir das suas experiências, os participantes se mostram como atores de uma das principais agendas contemporâneas LGBTQIAPN+: a luta a favor do direito de existir tanto em meio à violência prática quanto em meio ao que Bourdieu (2019) chama de violência

³O termo vem do inglês "passing", utilizado para se referir sobre experiências de identidades de gênero dissidentes, principalmente entre pessoas transgênero. Refere-se à capacidade de uma pessoa minoritária "passar" socialmente com o gênero com o qual se identifica, sem que sua identidade de gênero seja questionada. O termo se expandiu para abarcar orientações sexuais dissidentes, para pessoas LGBTQIAPN+ que transparecem uma performance cisheterossexual (Duque, 2020).

simbólica, que se manifesta nas comunicações e nos "modos sociais". Essa violência é sutil e imperceptível, mas legítima práticas aceitas como lógicas e naturais.

O desafio dessa conjuntura estigmatizante como um todo, na maioria das vezes, começa em casa, com visto em diversos relatos de estigma acima. Integrar a comunidade LGBTQIAPN+, diferentemente de outros

marcadores sociais da diferença, muitas vezes significa emergir de um contexto onde a estigmatização social é enfrentada sem o suporte da família - e pode até mesmo ser enfrentada dentro do próprio núcleo familiar. A solidão e a agressão dentro do ambiente familiar, frequentemente, impulsionam os indivíduos LGBTQIAPN+ a procurarem outras redes de apoio.

A propriedade do preconceito familiar em estruturar o estigma traz impactos significativos na saúde mental, já que mesmo sem ter o controle de impedir que os filhos passem por processos de discriminação, o apoio familiar e a construção de um senso de comunidade iniciado dentro de casa se mostram como um potente enfrentamento aos adoecimentos de filhos LGBTQIAPN+ advindos da estigmatização, como é visto na pesquisa de Feinstein *et al.* (2014 *apud* Catelan e Paveltchuk, 2023), que indicou como a atenção parental afirmativa influencia positivamente na manutenção da autocompaixão dos filhos. É partindo desse contexto estigmatizante, e aliado a diferenciadas redes de cuidado, que os participantes mostram as consequências e as alternativas diante das violências e invisibilidades.

As faces da LGBTfobia internalizada: a opressão de si e dentro da própria comunidade

Quando convidados a refletir sobre como a cultura afeta sua capacidade de se aceitar como uma pessoa LGBTQIAPN+, a religião aparece como uma forte influência externa à autopercepção:

Eu tive o que eu acho que é uma experiência de todo homem *gay* que está no meio religioso. Ele pede pra Deus tirar aquilo dele. Então, foi o que aconteceu comigo. Eu tive esse episódio de pedir a Deus pra tirar isso de mim. E não deu certo. (Entrevistado 4, *gay*, branco, 19 anos).
Então eu cresci pensando que ser lésbica era uma coisa muito ruim e que eu iria para o inferno. Foi difícil crescer nesse meio onde essa cultura me abominava, digamos assim, não me abominava, abominava quem eu sou. E, até hoje, às vezes, vem um pensamento do tipo, mas logo se esvai. (Entrevistada 2, lésbica, preta, 25 anos)

Além disso, alguns entrevistados descrevem a invisibilidade como uma espécie de punição por não se encaixarem nos padrões das pessoas ao seu redor, dificultando o desenvolvimento de um senso de pertencimento e gerando a sensação indicativa de defeito, de falta ou de ter algo errado consigo:

Toda semana, os homens da minha família se reúnem para assistir futebol e se divertir. Eu detesto isso; quando era mais jovem, ia para o meu quarto ouvir divas pop, porque não me sentia parte daquele ambiente. O sonho da minha família é que eu me case, tenha filhos e siga todo aquele roteiro que eles idealizaram. Quando não sigo esse caminho, parece que falta algo em mim, que estou errado e às vezes acabo internalizando isso. (Entrevistado 1, *gay*, pardo, 35 anos).

Quando era mais jovem, ia à igreja e até assistia à missa com meus pares, mas não era algo que fazia por mim. A falta de representatividade sexual dificultou muito meu entendimento sobre a minha bissexualidade. Acabamos vivendo no limbo da invisibilidade, como se não existíssemos. (Entrevistada 5, bissexual, preta, 30 anos).

Tanto ao trazerem a forte influência de instituições como a religião quanto ao relatarem sobre suas dinâmicas interpessoais cotidianas, é possível observar como os entrevistados pensam em função do estigma a partir de concepções cisheteronormativas aprendidas desde a infância, essas que impõem limites e fronteiras do que a sexualidade pode ou não ser. Essas formas de *fazer sujeito* os levaram a não explorarem um desenvolvimento em função do que realmente gostariam de ser, trazendo uma sensação de desaparecimento de si. Favero (2022) tenciona esse contexto de invisibilidade ao articular proposições de Judith Butler e Maria Elvira Benitez:

Que lugar existe para um "eu" no regime discursivo em que vivo?" Esse regime discursivo, atravessado por linguagens, afetos e representações, é fortalecido a partir daquilo que Maria Elvira Benitez denominou de atos relacionais. Uma forma de organizar e comunicar que aciona noções como vergonha, constrangimento e violência para lugarizar pessoas. [...] Como é possível se constituir como sujeito frente à sensação de perda de si?" - Maria Elvira pergunta. A banalização do estupro, a violência familiar, sexualização, objetificação, espetacularização, o *bullying*, a exclusão, o estigma, não são meros eventos, mas "formas de fazer sujeito" (Favero, 2022, p. 114-115).

Dessa forma, é compreendido, por meio das falas dos entrevistados, que, durante o crescimento e o processo de amadurecimento, eles adotaram uma versão de si mesmos que renuncia à autenticidade para evitar o preconceito e possibilitar um senso de pertencimento. É nessa conjuntura, portanto, que indivíduos LGBTQIAPN+ enfrentam a tarefa de distinguir o que é genuinamente seu do que foi criado para se proteger.

Enfrentar essa nova perspectiva em uma sociedade que constantemente os pressiona a se conformar à cisheteronormia pode ser um movimento doloroso para fora da zona de conforto. Embora a manifestação de pensamentos e ações preconceituosas pareça funcionar como um obstáculo à compreensão de si mesmo, seguir a norma pode trazer uma sensação de segurança e proteção, já que estar aberto a refletir sobre a própria sexualidade pode expor o indivíduo a um contexto de vulnerabilidade. Nesse sentido, os participantes relataram:

E às vezes ainda me sinto afetada no quesito do não binário. Tipo assim, eu fico me perguntando, será que não dá pra eu ser uma pessoa cisgênero, fingir ser cisgênero, visualmente, né? Só pra não passar por nenhuma situação. (Entrevistado 3, pan não binária, preta, 21 anos).
É que, querendo ou não, certos preceitos religiosos ficam muito impregnados na mente. Então, eu sempre tinha uma ideia de que ser homossexual era errado. E eu tinha medo. Quando eu comecei a me deparar com esses sentimentos, comecei a prestar atenção neles. É um desafio contínuo. (Entrevistado 4, gay, branco, 19 anos).

A LGBTfobia internalizada ou homonegatividade internalizada exposta pelos entrevistados 3 e 4 é entendida, então, como um fruto dessa subjetivação dos estigmas impostos, à medida que esses indivíduos se apropriam e assimilam para si os "padrões sociais" do que significa ser uma minoria LGBTQIAPN+ que, na cultura cisheteronormativa, geralmente vem de concepções violentas e excludentes.

Cria-se, então, formas cruéis de exilar subjetividades, de modo que os entrevistados relataram criar "estratégias compensatórias", que são padrões de comportamento de autocobrança adotados com o intuito de "aliviar o peso de sua sexualidade" perante outras pessoas de seu círculo social e, inclusive, podendo se estender entre membros da comunidade LGBTQIAPN+:

Eu planejei focar muito nos estudos, eu fiz ensino médio técnico, queria fazer o estágio, ser contratado, começar a trabalhar, juntar um dinheiro, partir para minha própria casa e quando eu tivesse já bem consolidado financeiramente, aí eu contaria para a minha mãe, porque, na minha cabeça, se eu fosse excepcional, se eu fosse entre aspas, um caso de sucesso, o fato de ser gay não importaria mais (Entrevistado 4, gay, branco, 19 anos).

Tem uma hora eu penso "Nossa, mas por quê? Por que tem que ser tanta coisa? Por que minha aparência tem que ser X? Por que eu tenho que ter título X? Será que é isso mesmo? Eu tenho que estar bonito?" (Entrevistado 1, gay, pardo, 35 anos).

Essas máscaras do silenciamento, expostas acima, mostram os entrevistados buscando se destacar e se otimizar em outras áreas da vida - como profissional, acadêmica, estética e até no cuidado de familiares - em prol de aceitação para além da sua sexualidade, o que se acomoda confortavelmente na lógica de desempenho e descartabilidade capitalista. Tal lógica, de acordo com Rolnik (2015 *apud* Veiga, 2018, p. 83), acaba afetando as maneiras de amar e de se relacionar. Dessa forma, é perceptível, a partir da fala dos entrevistados, a relação entre a falta de autoestima e de pertencimento à diversidade indo ao encontro da homonegatividade internalizada, em que a interseção entre a dor e o escapismo surge, a curto prazo, como uma mediação frente ao estigma de estar em um corpo desviante.

Nesse sentido, ao compreender a violência também como um processo de subjetivação, que propaga um discurso inventado para a minoria vulnerabilizada, Favero (2022) propõe que a Psicologia dispute o próprio processo de subjetivação, não se limitando apenas à contenção dos sintomas, mas ao fomento de uma clínica política que atue em função da criticidade da norma. Em paralelo, fatores interseccionais entrelaçam e ampliam a possibilidade de estigmatização social, bem como alternam as experiências de homonegatividade internalizada. Nesse sentido, uma participante relata:

Por ser também mulher negra, a raça chega antes da minha bissexualidade. Então, lidar com questões de ser uma mulher negra tende a acontecer primeiro do que a pessoa descobrir que eu sou bissexual. Então, acho que talvez eu tenha mecanismos com relação à raça, de estar mais arrumadinha, como eu me porto, como eu falo. Como eu falo, a questão de, muitas vezes, dependendo de onde eu estou, jogar na roda a minha graduação, porque eu tô no mestrado, de forma a não me embranquecer, mas talvez diminuir as violências que eu possa passar por causa da raça (Entrevistada 5, preta, bissexual, 30 anos).

Veiga (2018) nos ajuda a pensar a interseccionalidade abordada pela entrevistada 5, a partir da norma homem-branco-hetéro, que opera nas outras subjetividades um produto colonizador e extrativista, por meio de processos de violência e submissão. É nesse sentido que o referido autor aponta que a colonização produz e retroalimenta os modos de viver e de pensar em consonância com a cisheteronormia branca. Uma das consequências disso seria o medo da rejeição, uma internalização do modo como a sociedade branca lida com as pessoas pretas, apagando-as. É nesse medo, então, que as estratégias compensatórias, abordadas pela

entrevistada 5, habitam como forma de resistir à sensação de não lugar.

A forma como os corpos dissidentes são percebidos pela sociedade normativa é uma importante agência reguladora frente às possibilidades de violência subsequentes à interseccionalidade. A expressão de gênero, as passabilidades e as performances da sexualidade influenciam a maneira como a sociedade percebe, violenta e discursa seletivamente sobre as minorias de gênero e sexo. Porto, Da Silva e Gugelmin (2021) salientam a dificuldade de se expressar no mundo diante dessa conjuntura e destacam o paradoxo entre a invisibilidade e a visibilidade: A invisibilidade pode proteger de agressões, mas também pode privar a sensação de completude de uma vida significativa e, por outro lado, a visibilidade, embora arriscada, promove práticas de resistência e representação.

Assim, em caso de cruzamento de marcadores, as violências disputam os corpos minoritários, como no contexto da Entrevistada 5, que, mesmo apresentando passabilidade heterossexual que lhe protege em certos contextos, relata enfrentar outros processos de discriminação, como o racismo. As bixas pretas, as *sapatão*, as travestis e os corpos transexuais em travessia (Preciado, 2020) são exemplos de minorias de sexo e gênero que costumam ser menos "passíveis" da heterossexualidade e que, frequentemente, ocupam um espaço de subversão explícita, agenciando um corpo-arte-resistência que já é, historicamente, palco de maior vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, de luta política.

Cabe lembrar, ainda, que as pessoas LGBTQIAPN+ também vivem sob a cisheteronormatividade e não estão, portanto, isentas do preconceito tanto contra si mesmas quanto contra a própria comunidade. A homonegatividade internalizada, dessa forma, também opera na introspecção do preconceito contra seus pares. Ao serem questionados sobre essa perspectiva, três entrevistados comentaram sobre identidades de gênero diferentes das suas, afirmando que, em algum momento da vida, tiveram ou ainda apresentam inflexibilidade de pensamento sobre a identidade trans:

Mesmo depois de me assumir, anos depois, percebo que tive atitudes transfóbicas. Hoje em dia, acho que entendemos melhor essas questões, mas às vezes você acaba sendo transfóbico como uma forma de se defender, como se dissesse: "Eu sou isso aqui, mas pelo menos não sou aquilo." E as expressões que ouço da família, como "pelo menos você não vai virar travesti" (Entrevistado 1, gay, pardo, 35 anos).

Para mim, a não binaridade é uma questão política. Embora eu tenha pessoas não binárias no meu círculo e me esforce para usar os pronomes corretos, às vezes ainda falho e preciso me corrigir. Politicamente, a não binaridade é complicada. Por exemplo, um homem não binário, mesmo sendo lido como homem, pode ainda desfrutar de privilégios associados a essa identidade. Acredito que, quando o conceito de gênero deixar de existir, todos poderão ser como desejam. No entanto, enquanto isso não acontece, ainda luto com questões pessoais e políticas, reconhecendo que, como parte da comunidade LGBT, também tenho limitações em minha compreensão e vivência. Isso não significa que eu deva reproduzir violências ou negar a existência do outro, mas sim que ainda tenho minhas próprias reflexões e questões a enfrentar (Entrevistada 5, bissexual, preta, 30 anos).

Como foi visto, a maioria dos entrevistados cisgêneros trouxe as dificuldades para compreender a transgeneridade, apesar de fazerem parte da população LGBTQIAPN+ e de vivenciarem estigmas por subverterem a norma heterossexual. É nesse sentido que os participantes trazem outro aspecto da LGBTfobia internalizada, um lado que vai para além dos prejuízos na percepção da própria orientação e/ou identidade.

Como bem sintetizado por Oliveira Neto (2022), os elementos de violência, como a homofobia internalizada, são socialmente cultivados para que o sujeito subalternizado acabe acreditando profundamente nas mensagens negativas que recebe ao longo da vida. Essas mensagens, portanto, ao serem internalizadas, também são incorporadas às suas práticas socioculturais e, assim, a incorporação do estigma "pode moldar" uma mentalidade opressora nas minorias sexuais e de gênero, levando-as a subalternizar outros grupos minoritários.

Nos relatos trazidos pelos entrevistados 1 e 2, as noções "pelo menos não sou trans" e "como assim ser trans?" mostram como a subalternização dos corpos trans por minorias cis opera por uma lógica de poder e influência, no sentido de existir um discurso que reconhece a existência de minorias menos visíveis e toleráveis. Homossexualidades e bissexualidades, por estarem mais próximas da normatividade cis, acabam por olhar para a agenda trans com certo distanciamento, já que é estruturalmente ensinado que ela é um lugar de promiscuidade, de vulgaridade e de choque cultural.

Nesse sentido, pode-se dizer que negociar a favor dos discursos normativos traz certa proteção social,

mesmo que a consequência disso seja o preconceito dentro da comunidade, a perspectiva do hierarquizado virar o hierarquizante pode levar à falsa sensação de não mais pertencer a uma minoria, se isso for posto em comparação a grupos mais vulneráveis. Complementar a essa noção, como pontuado por Louro (2018), o processo de reconhecer identidades ocorre concomitantemente à atribuição de diferenças:

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os "outros" sujeitos sociais que se tornarão marcados, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Dessa forma, a mulher é representada como o "segundo sexo" e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (Louro, 2018, p. 18)

Assim, perceber o "outro" envolve noções de decodificação, hierarquização e redes de poder, como foi trazido pela entrevistada 5, ao discutir sobre como os corpos não binários com expressões de gênero socialmente vinculadas aos homens cis podem apresentar ganhos e vantagens sociais em relação às mulheres e outros grupos minoritários, já que a forma como se colocam no mundo ainda transmite o poder do "molde de referência e superioridade" do homem-branco-cis. Ou seja, o corpo é sempre um lugar habitado pelo poder (Foucault, 1988).

Compreendendo essa estrutura e analisando-a sob a ótica da diversidade, é importante destacar que os corpos minoritários cis não são meros fantoches dessas implicações externas e também fazem parte desse dispositivo foucaultiano de autodisciplina, discursando a favor de onde os seus marcadores tem possíveis critérios de poder. Diante disso, fica explicado por que ainda hoje observamos situações em que pessoas LGBTQIAPN+ optam pela passabilidade cisheterossexual, em que homens cis *gays* continuam sendo machistas, pessoas LGBTQIAPN+ brancas usufruem de privilégios raciais e mulheres lésbicas *radfems* reivindicam o direito exclusivo de serem consideradas "mulheres de verdade", em detrimento das mulheres trans.

Dialogar em comunidade pode ajudar a aprofundar a compreensão das nuances, diferenças e pautas de cada grupo dentro da sigla LGBTQIAPN+. Isso é essencial para evitar discursos potencialmente violentos que não se distinguem claramente entre falas preconceituosas ou afirmações de gênero, raça e classe, bem como para empoderar e entender as diferentes camadas que o estigma pode ocupar e os privilégios que, mesmo os grupos minoritários, podem apresentar.

Desloco-me para pertencer: reinventando a cidade frente à ocultação da identidade

Quando questionados sobre suas experiências em situações que se sentiram compelidos a esconder suas sexualidades, todos os participantes relataram que publicizar sua orientação sexual ou identidade nos lugares que frequentam é uma tarefa complexa, como exemplificado nos relatos a seguir:

Acho que pra trabalhar, às vezes, você esconde. Porque você não sabe, né? como é que aquela empresa ali vai achar disso. Ah, pedir uma informação na rua, às vezes, você vai pedir uma informação na rua e aí você, sei lá, tenta não dar "pinta" (Entrevistado 1, gay, pardo, 35 anos). Dentro do meu ambiente de trabalho, eu sempre tive um medo maior de falar de mim, da pessoa com quem eu me relacionava, por medo mesmo de algum tipo de opressão no sentido de a pessoa fingir que eu não existo, entendeu? (Entrevistada 3, pan não-binária, preta, 21 anos) Na minha residência profissional, por exemplo, a minha companheira foi morar no interior comigo. E era uma questão de quando tinha festejos, algumas coisas assim, que tinham pessoas da minha área de responsabilidade sanitária, de eu me reservar a isso. Por ser uma comunidade pequena, uma comunidade pesqueira, uma comunidade machista, eu acho que não tinha por que eu me expor e expor a minha companheira a possíveis violências (Entrevistada 5, bissexual, preta, 30 anos).

A partir das narrativas dos participantes, identifica-se um fator comum nos exemplos de ocultação: o contexto socioespacial de não lugar. Esses não lugares incluem ambientes laborais, ruas de passagem cotidiana e até mesmo o próprio bairro, todos com mobilidades e sentimentos de pertencimento prejudicados pela estigmatização. Os relatos dos entrevistados 1 e 3, por exemplo, revelam que esse contexto de não lugar surge como uma consequência da autoproteção, ou seja, na tentativa de evitar danos potenciais, seja ao solicitar informações na rua ou ao interagir com colegas de trabalho, eles optavam por não se expor. Essa precaução, embora compreensível, impede-os de arriscar e vivenciar uma vida que verdadeiramente desejam viver, na medida em que não mostram a totalidade do que são.

A ocultação ganha novas nuances quando se considera os corpos dissidentes em um relacionamento, conforme observado no relato da entrevistada 5. Muitos indivíduos LGBTQIAPN+ já se sentem compelidos a esconder seus relacionamentos dentro de casa devido ao medo da rejeição familiar. A necessidade de esconder também fora de casa se torna um agravante, já que a dupla ocultação cria um ambiente de constante vigilância e ansiedade, onde, além da autenticidade, a expressão do afeto também é comprometida.

É nesse sentido que pensar novas formas de (re)existir nos territórios se faz necessário dentro da comunidade, para que esses indivíduos também possam usufruir de uma "vida vivível" que vá além da luta pela sobrevivência que constantemente lhes atravessa. Ao serem perguntados sobre os modos como utilizam, organizam e percebem o espaço que (sobre)vivem como pessoas LGBTQIAPN+, os entrevistados comentaram:

Eu me sentia seguro perto dos bares, da UFC e na hora que as coisas estão abertas. Mas aí quando as coisas estão fechadas, ou quando você não tá muito nessa região aqui dos bares e da UFC mesmo, quando você vai mais ali pras casas, ali tipo, eu morava atrás do Benfica, né? Quando você vai pra aquela região atrás das casas, aí não é mais esse Benfica permissivo (Entrevistado 1, gay, pardo, 35 anos).

Moro em um bairro periférico, onde a maioria das pessoas vive na delas, mas sempre tem alguém que, quando me vê na rua, faz piada sobre minha orientação sexual ou sobre como me visto, geralmente falando com a minha mãe. Isso me deixa desconfortável, porque sou eu apenas vivendo e sendo quem sou. Os lugares onde me sinto mais à vontade são o Dragão do Mar e, mais recentemente, o Benfica. Também gosto de ir à Beira-Mar, perto da Praia dos Crush, e aqui na Gentilândia (Entrevistada 2, lésbica, preta, 25 anos).

A partir dos relatos trazidos pelos participantes 1 e 2, que exploram a geografia de onde nasceram e de onde se deslocam, pode-se enxergar que nessas experiências existe uma "territorialidade recriada" da cidade de Fortaleza, ou seja, pontos de deslocamento dos seus espaços de moradia e da vida profissional que possibilitam negociar e criar novos modos de habitar a cidade e a sexualidade. Nessa perspectiva, percebe-se que eles acabam desenvolvendo sentimentos de significado, pertencimento e afeto por um novo espaço que os abraçam, diferentemente daqueles que só se sustentam pelas obrigações e pelos laços de sangue. Assim, eles buscam tornar a cidade circulável com a ocupação de espaços públicos que são permissíveis ao desafio da publicização do corpo e do afeto.

Análoga a essa perspectiva, Butler (2018) explora o conceito de "esferas de aparecimento" para inferir sobre contextos e condições sob os quais os indivíduos invisibilizados se tornam visíveis e reconhecíveis na sociedade. Neves (2020, p. 15) reitera:

Nessas instâncias, os corpos em ação se configuram como manifestação, um ato de se expressar e possibilidade de agir coletivamente contra a condição de invisibilidade e vulnerabilidade que regula e limita determinados corpos, suas vontades e movimentos na cidade.

Como exemplo concreto dessa conjuntura, um participante explorou a relação do seu território quando esse consegue ser um lugar passível de conexão por enxergar a sexualidade exposta por outros:

No bairro onde estou morando agora, sinto-me muito à vontade, porque vejo várias pessoas da comunidade e casais LGBT. Isso me conforta e até me deixa um pouco feliz. Ali, sinto que estou seguro e em contato com outras pessoas com quem consigo me identificar e ter referências. Saber que posso andar na rua e experimentar a vida fora de casa me dá uma sensação de segurança. Mesmo que eu não interaja muito com as pessoas por causa da minha timidez, isso me traz um sentimento de pertencimento e de similaridade que eu gosto. (Entrevistado 4, gay, branco, 19 anos).

É dentro desse contexto que os entrevistados mostram a contribuição do Projeto (SOBRE)VIVER, por constituir uma zona de aparecimento, assim como por auxiliar na compreensão sobre a conexão dos seus corpos com o espaço, como em: "Trocar sobre isso, no sentido de ter me apresentado novas perspectivas sobre mim e sobre mim no espaço onde eu vivo, essa troca de narrativa ajudou bastante" (Entrevistado 4, gay, branco, 19 anos).

Me deu mais coragem de usar acessórios e de ser mais tranquilo em relação a isso. Ver outras pessoas que não se deixam oprimir pelo medo de serem LGBT foi um ponto bem positivo. É como se dissesse: "Ah, você não está sozinho nisso, não desista de quem você é." Sinto que o lugar onde estou também tem pessoas como eu, e isso é muito encorajador (Entrevistada 3, pan não binária, preta, 21 anos).

A influência de estar em coletivo para resistir no território, conforme destacado pelos entrevistados 3 e 4, representa uma rede natural de proteção para minorias em geral e, especialmente, para a comunidade LGBTQIAPN+. Essa, muitas vezes desprovida de suporte familiar, encontra potencial na formação dos guetos

e até mesmo na criação de novas formas de família. Essas andanças LGBTQIAPN+ para sobreviver à ocultação se tornaram partes cruciais da cultura da comunidade, foi assim que nasceu a Revolta de Stonewall, as paradas LGBTQIAPN+ e a cultura Ballroom, por exemplo.

Historicamente, a população sempre teve que formular estratégias de viver na clandestinidade, negociando com as violências e se deslocando para pertencer (Quinalha, 2022). Se hoje existem espaços de aparecimento, como mencionados pelo participante 4, foi porque, de maneira geral, existiram corpos dissidentes que arriscaram se expor. Essas mobilidades, no entanto, são construídas com auxílio coletivo, algo que nem sempre é acessível dentro da comunidade. O próprio Estresse de Minorias — como a vulnerabilidade, a autoestima prejudicada pela hipervigilância e o desaparecimento de si — compromete as noções de orgulho, pertencimento e visibilidade. Essas noções prejudicadas, por sua vez, dificultam o próprio senso de comunidade e zonas de aparecimento coletivas.

Projeto (SOBRE)VIVER: a resistência por meio da escuta, da coletividade e da alteridade

Quando Butler (2018) comenta sobre as formas de reivindicação para se ter uma vida vivível e cita exemplos como a transmissão de rádio, uma assembleia na praça, uma marcha pelas principais ruas dos centros urbanos ou uma insurreição na periferia da metrópole, ela apresenta exemplos de uma agenda de revoluções. No entanto, há outros formatos de ser resistência na cisheteronormatividade, como acontece no Projeto (SOBRE)VIVER, dispositivo grupal esse que possibilita um rearranjo de códigos, pensamentos e experiências subjetivas que compõem gigantes "microrrevoluções" a partir da escuta psicológica. Tal vivência transformadora foi mencionada durante as entrevistas, de modo que alguns participantes expuseram a potencialidade de experimentar a alteridade e a representatividade a partir do encontro com a diversidade possibilitada pelo grupo ali presente:

Eu vim durante três semestres. No primeiro semestre, eu vim muito; no segundo, eu fui só no final, tipo dois, três encontros. E nesse de 2024, eu vim quase todo. Foi incrível pra mim, porque é uma perspectiva diferente. A experiência das pessoas pode se aplicar a você e a sua experiência nas pessoas. Às vezes, uma pessoa tá sofrendo e conseguiu encontrar uma saída ali, e você pode estar sofrendo, ter sofrido da mesma coisa, e pensar: "ah, então, poderia ter feito isso". É diferente de uma terapia convencional, porque o terapeuta não vai falar dele; o assunto é só você. Mas no grupo, você tem outra pessoa que também tá lá como "paciente", então pode conversar sobre o problema da outra pessoa que é comum a você. Aí ela pode dar uma opinião sobre o que fez, e eu acho que é super legal (Entrevistado 1, gay, parto, 35 anos).

Eu achei muito interessante no sentido de ver como muita coisa não mudou, não no sentido de violência, claro, mas no sentido de autodescoberta, né? De entendimento, de fortalecimento pessoal, acho que muita coisa não mudou, mas ao mesmo tempo eu posso dar, diante das minhas experiências, algumas coisas. Assim como eu posso aprender também ... Eu acho que me trouxe mais empatia talvez, porque eu achava que tinha melhorado no sentido com as gerações mais novas (Entrevistada 5, bissexual, preta, 30 anos).

Por outro lado, o grupo expandiu-se para além das questões específicas sobre sexualidade, tornando-se um espaço onde essas mesmas pessoas pudessem conversar sobre seus cotidianos, levando em consideração que as vidas dos participantes do projeto são frequentemente comprometidas pelo enfraquecimento das relações interpessoais, principalmente por conta das suas sexualidades. Situação essa que não anula o fato de esse continuar sendo um espaço de cuidado e apoio à comunidade, reconhecendo-os como indivíduos LGBTQIAPN+ e que, também, são pais/mães, trabalhadores, estudantes, filhos, companheiros e pessoas com múltiplos desejos:

Eu percebia quando eu compartilhava, falava de coisas que calada, sozinha, eu não conseguia perceber. Algo que me marcou muito nos encontros foi o fato de falar em voz alta sobre o meu cabelo, por exemplo. Porque eu tinha o cabelo abaixo do ombro. E sempre foi muito uma questão. Então, toda quinta-feira do (SOBRE)VIVER, eu chegava com essa mesma questão do meu cabelo. De cortar e sofrer preconceito ou não. Quando eu cortei, a primeira coisa que eu queria fazer era mostrar meu cabelo cortado na quinta-feira. Eu fiquei muito feliz e orgulhosa que consegui (Entrevistada 2, lésbica, preta, 25 anos).

Foi uma troca de experiências de vida, até mesmo de medos, de dúvidas, não só no sentido da comunidade LGBT, mas de algumas dúvidas profissionais mesmo. Eu lembro que teve um encontro que eu fui, que foi falado sobre linhas de chegada e eu achei muito interessante. Pessoas falando sobre se sentirem perdidas, que curso fazer, que oportunidades aceitar. Fiz algumas amizades lá dentro, rapidamente. Foi bem bacana (Entrevistada 3, pan não binária,

preta, 21 anos).

Assim, as histórias faladas se mesclavam com as histórias escutadas, e, por meio da compreensão de como os conteúdos se voltavam para as suas experiências, surgiam novas formas de refletir sobre seus processos:

Eu cheguei lá cheio de expectativas e foi melhor do que eu esperava. Por meio do projeto, eu pude ver que as experiências que eu passo, as vivências, o cotidiano, não são coisas únicas, sabe? São coisas que outras pessoas compartilham também. Aprender que certas coisas são um processo. Processos, às vezes, levam muito tempo. Mas, no final, pode ter um bom resultado. Então, foi muito bom, assim, conhecer a história das pessoas e me apresentar por meio das minhas histórias. Eu acho que muita coisa do que eu aprendi com certeza tem uma influência muito forte das histórias que eu ouvi (Entrevistado 4, gay, branco, 19 anos).

É visto, acima, como corpos gays, lésbicos, bissexuais, pansexuais, transsexuais e não binários se integraram nos encontros, cada um revelando suas especificidades identitárias, políticas e culturais. Ainda assim, todos também compartilharam experiências semelhantes, como os desfechos em saúde mental diante do Estresse Minoritário, a sensação de não lugar, as preferências musicais e as formas seguras de explorar os territórios. Foi, então, dessa forma, que eles alimentaram uma rede de apoio e de construção de autonomia, como relatado pelo entrevistado 4.

Meyer (2003) destaca o suporte social como um fator de proteção crucial para a saúde mental frente ao Estresse de Minorias enfrentado por indivíduos que são de grupos em vulnerabilidade. Além disso, é comum entre os relatos dos entrevistados justamente a falta dessa rede de apoio em suas vidas, sendo o ingresso no Projeto (SOBRE)VIVER uma aposta pessoal de resistência frente à solidão e ao não pertencimento. É necessário compreender, no entanto, que o grupo, com duração de duas horas por semana, não sustenta por si só as contingências violentas que esses indivíduos passaram e/ou ainda enfrentam.

O que pode um dispositivo grupal de acolhimento LGBTQIAPN+ se não a possibilidade de pausar o *não lugar* e permitir que os participantes se manifestem sobre uma vida que é possível? Há uma cristalização, então, de uma rede de escuta psicológica que também é uma rede de afeto e de sociabilidade diante do Estresse Minoritário. Essas redes possibilitam o falar sobre as fomes de corpos diversos e, na troca de influências, ponderações, dores e risos, os participantes costuram com os facilitadores o que pode ser uma clínica grupal em Psicologia, tecendo em conjunto o que na sociedade ainda não se mostra possível.

Considerações finais

A partir da análise das experiências relatadas pelos entrevistados, foi possível identificar novas nuances sobre a manifestação do Estresse de Minoria no cotidiano dos LGBTQIAPN+ entrevistados. No que tange ao Estigma Imposto, verificou-se que ele se apresenta de distintas formas, variando conforme os limites da percepção social sobre as violências enfrentadas por essas minorias. Tais manifestações podem ocorrer tanto de maneira explicitamente violenta quanto por meio de processos silenciosos de estigmatização, muitas vezes percebidos apenas pelos próprios indivíduos LGBTQIAPN+.

Em relação à Homonegatividade Internalizada, observou-se como o processo de internalização do preconceito enfraquece o autoconhecimento e o senso de identidade dessas minorias, operando como uma tecnologia opressora. Foi visto, também, que esse mecanismo não só afeta a autopercepção desses indivíduos, mas acaba sendo um dispositivo de poder que molda como essas minorias podem se relacionar com outros membros da própria comunidade LGBTQIAPN+ em que, muitas vezes, se é perpetuada uma lógica de opressão que vai se diferenciar a partir dos critérios de raça, classe e gênero envolvidos entre esses corpos.

Quanto à Ocultação da Identidade, foi analisado como a sensação de "não lugar" gera sofrimento a partir da percepção do não pertencimento desses indivíduos em seus territórios. Tal condição leva muitos LGBTQIAPN+ a recriar territorialidades como uma estratégia para expressar suas sexualidades e mitigar essa sensação de exclusão.

Por fim, a análise da experiência dos participantes do Projeto (SOBRE)VIVER evidenciou o caráter insurgente desse dispositivo grupal como um exercício político de acolhimento diante dos impactos à saúde das pessoas LGBTQIAPN+. O projeto atua como um dispositivo que interrompe a sensação de "não lugar", ao proporcionar uma zona de aparecimento para os participantes, o que promove um senso de coletividade por meio da escuta psicológica e do suporte psicossocial.

Dessa forma, apesar da amostra pequena que compõe experiências de indivíduos dos 18 aos 36 anos, exclusivamente residentes da cidade de Fortaleza, é visto como as vulnerabilidades descritas frequentemente se revelam como contingências quase inevitáveis para os corpos LGBTQIAPN+, variando conforme os diferentes marcadores sociais da diferença. Cabe, então, para futuras pesquisas, aprofundar esse analisador de maneira que contemple experiências em outras territorialidades, regionalidades, classes sociais e guetos LGBTQIAPN+, a fim de endossar os dados trabalhados e fomentar mais pesquisas sobre saúde e vida das minorias de sexo e gênero, que podem servir como dados para uma agenda política em prol da melhoria da qualidade de vida desses indivíduos.

Referências

BRAUN, V.; C., Victoria. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, v. 3, n. 2, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, v. 3, n. 2, 2006.

BROOKS, V. *Minority stress and lesbian women*. 1981.

BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Editora José Olympio, 2018.

CATELAN, R. F.; PAVELTCHUK, F. O. Efeitos do preconceito e do estresse de minoria na saúde mental de minorias sexuais e de gênero. In: CATELAN, R. F.; SARDINHA, A. (org.). *Manual de gênero e sexualidade na psicoterapia: fundamentos teóricos e intervenções clínicas* (pp. 71-94). Sinopsys Editora, 2023. p. 71-94.

CHINAZZO, Í. R. et al. Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 5045-5056, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9jjxfFmdYWBjWQD5Xc5kZVf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2023.

DUQUE, T. A Epistemologia da passabilidade: dez notas analíticas sobre experiências de (in)visibilidade trans. *História Revista*, Goiânia, v. 25, n. 3, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/66509>. Acesso em: 11 dez. 2024.

FAVERO, S. *Psicologia suja*. Editora Devires, 2022.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Autêntica, 2018. p. 07-34.

MEYER, I. H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. *Psychological bulletin*, v. 129, n. 5, p. 674, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>. Acesso em: 20 set. 2023.

NEVES, R. B. *Corpo na prática artística: espaço urbano e aparecimento*. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/42868>. Acesso em: 10 ago. 2024.

OLIVEIRA NETO, J. D. S. *Relações entre colonialidade e homofobia internalizada: um estudo com jovens universitários brasileiros*. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/65270>. Acesso em: 05 jul. 2024.

PORTO, R. K. D.; SILVA, M. A.; GUGELMIN, S. Narrativas de passabilidade e a segurança para transitar: transmasculinidades e saúde. *Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 8, n. 16, p. 219-230, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/12039>. Acesso em: 10 ago. 2024.

PRECIADO, P. B. *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. Editora Schwarcz: Companhia das Letras, 2020.

QUINALHA, R. *Movimento LGBTI+ : uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Autêntica Editora, 2022.

ROGERS, C. R. *Grupos de encontro*. 8 ed. Martins Fontes, 2002.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LÚCIO, M. P. B. *Metodologia da Pesquisa*. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SOUZA, J. S. *et al.* Desfechos negativos em saúde mental de minorias de sexo e de gênero: uma análise comportamental a partir da teoria do estresse de minorias. *Perspectivas em análise do comportamento*, v. 13, n. 1, p. 069-085, 2022. Disponível em: <https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/836>. Acesso em: 15 set. 2023.

TREVISAN, J. S. *Devassos no Paraíso (4a edição, revista e ampliada): A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Objetiva, 2018.

VEIGA, L. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. *Tabuleiro de letras*, v. 12, n. 1, p. 77-88, 2018. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/5176>. Acesso em: 8 jun. 2024.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Autêntica, 2018. p. 35-82.

Recebido em: 08/10/2024

Aprovado em: 17/01/2025